



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
3ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Informação nº 89/2021 – DIGEM3

Brasília (DF), 20 de agosto de 2021.

Processo nº: 00600-00009228/2020-49-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação com pedido cautelar proposta por Associação privada. Alegada ilegalidade da Portaria Semob nº 163/2020. **Nesta fase:** exame do cumprimento do item III da Decisão nº 5362/2020. Pelo atendimento da diligência em exame. Pelo arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Trata corrente feito de Representação com pedido cautelar (peça 2) proposta pela Associação Brasiliense de Mídia Exterior – OOH, em face da Portaria nº 163, de 2020, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal.

I - ANTECEDENTES

2. A Associação Brasiliense de Mídia Exterior – OOH, representante das empresas de mídia exterior exploradoras de serviços de divulgação de campanhas publicitárias em ônibus, defendia que os contratos firmados entre as agências de publicidade e as concessionárias do STPC/DF, são privados e não contratos administrativos (públicos).

3. Alegava que a Portaria Semob nº 163/2020, publicada no DODF de 17/11/2020, teria inovado o ordenamento jurídico em ofensa à segurança jurídica, ao desprezar contratos firmados, e ir contra a autonomia da vontade das partes (peça 2, fl. 3).

4. O Tribunal, por meio da Decisão nº 2.460/2021, resolveu (peça 58):

I – tomar conhecimento do Ofício nº 362/2021 - SEMOB/GAB (e-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
3ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*DOC 8737B662-c) e anexos, encaminhados pela SEMOB/DF em atenção ao inciso III da Decisão nº 5.362/20; II – considerar, no mérito, parcialmente procedente a representação, ante a impossibilidade de a Administração impor novas obrigações em contratos já firmados e vigentes, em respeito aos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança, bem como à vedação à retroatividade mínima, aplicando-se lhes as normas em vigor no momento da celebração dos ajustes; III – fixar o entendimento de que a Portaria nº 163/20- SEMOB/DF se aplica apenas aos contratos de publicidade celebrados durante a sua vigência; IV – determinar à SEMOB/DF que, no prazo de **10 (dez) dias**, apresente esclarecimentos quanto à ausência de valores no Anexo II da Portaria nº 163/2020 – SEMOB/DF, bem como quais medidas serão adotadas para regularizar a situação; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SEMOB/DF e à representante; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SESPE, para adoção das medidas cabíveis.*

5. Em cumprimento ao item IV da Decisão nº 2.460/2021¹, a Jurisdicionada encaminhou o Ofício Nº 1994/2021 - SEMOB/GAB com vários documentos anexos (peças 70/72).

II - OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO

6. A presente informação analisará, preliminarmente, o atendimento da diligência plenária em destaque. Em seguida, formular-se-ão as conclusões e sugestões.

III - ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DO ITEM IV DA DECISÃO Nº 2.460/2021

7. A Portaria Semob nº 163/2020, publicada no DODF de 17/11/2020², regulamentava a prestação de serviços de exploração publicitária em ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, estabelecendo, no seu Anexos II, valores mínimos de referência a serem observados pelas agências de marketing aos concessionários, *in verbis*:

Art. 10. As peças de publicidade e mídias serão contratadas entre o operador ou empresa de publicidade e terceiros.

¹ Houve, mediante a Decisão nº 2858/2021 (peça 67), a prorrogação do prazo estabelecido no item IV da Decisão nº 2.460/2021.

² Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/777a794208b148c3978a350469609522/Portaria_163_22_10_2020.html..

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
3ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

§ 1º Os valores serão livremente combinados, não podendo, contudo, ser inferiores aos estabelecidos na tabela referencial de preços de espaços publicitários nos ônibus do STPC/DF, conforme Anexo II.

§ 2º Os valores discriminados na Tabela indicada no parágrafo anterior serão atualizados, no mínimo, anualmente, contados da publicação dessa Portaria, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), valor este que será estabelecido por publicação de ato normativo específico.

§ 3º O operador poderá solicitar, de forma fundamentada, a revisão dos valores da tabela referencial de preços a que alude os parágrafos anteriores.

§ 4º A SEMOB/DF promoverá a verificação da procedência do pedido de que trata o §3º.

ANEXO II**TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS DE ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS NOS ÔNIBUS DO STPC/DF**

ESPAÇO PUBLICITÁRIO	VALOR UNITÁRIO POR ÔNIBUS
Mídia embarcada (Monitor de TV)	R\$ XXXXXXXXXX
Apoio de Mão	R\$ XXXXXXXXXX
Sanca	R\$ XXXXXXXXXX
Anteparo (assento do motorista)	R\$ XXXXXXXXXX
Anteparo (catraca)	R\$ XXXXXXXXXX
Assentos	R\$ XXXXXXXXXX
Busindoor	R\$ XXXXXXXXXX
Busdoor	R\$ XXXXXXXXXX
Backbus	R\$ XXXXXXXXXX

8. Como se observa, o Anexo II da Portaria Semob nº 163/2020 foi publicado sem os valores referenciais mínimos, fato questionado pela Corte mediante o item IV da Decisão nº 2.460/2021.

9. A Secretaria, para corrigir a falha, optou por revogar a Portaria Semob nº 163/2020 e publicar as Portarias Semob nºs 83/2021, no DODF de 19/05/2021 (fls. 3/4 da peça 70), e 117/2021, no DODF de 9/08/2021 (fl. 20 da Peça 71).

10. Especificamente, a Portaria Semob nº 117/2021 prevê uma taxa mensal mínima de R\$39,60 (trinta e nove reais e sessenta centavos) para divulgação de peças publicitárias nos ônibus do STPC/DF. Esse valor foi fixado



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
3ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

a partir de pesquisa de valores cobrados em outras capitais brasileiras³ (Salvador, Recife, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo) (Despacho - SEMOB/SUAG/CECON/GECOM – fls. 5/6 da Peça 70). A referida pesquisa foi realizada pela Subsecretaria de Administração Geral – SUAG, conforme determina o art. 10, § 1º, da Portaria Semob nº 83/2021.

11. Não se vislumbrando nenhuma ilegalidade ou falha técnica nas Portarias Semob nºs 83/2021 e 117/2021, resta considerar atendida a diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021 com o respectivo arquivamento dos autos.

IV - CONCLUSÃO

12. O Tribunal pode: **(a)** tomar conhecimento da documentação encaminhada pela Semob, **(b)** considerar atendida a diligência constante do item IV da Decisão nº 2.460/2021 e **(c)** autorizar o arquivamento dos autos.

V - SUGESTÕES

13. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento:
 - a) desta Informação;
 - b) do Ofício nº 1994/2021 - SEMOB/GAB, de 10/08/2021, da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF e documentos anexos (peças 70 a 72);
- II. considerar, em relação à Decisão nº 2.460/2021, cumprida a diligência constante do item IV;
- III. autorizar:
 - a) o envio de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF e à Representante;
 - b) a restituição dos autos à Segem, para fins de arquivamento.

³ A Semob adotou o valor praticado pela São Paulo Transporte S/A - SPTrans - Prefeitura de São Paulo, “... por ser o maior valor apresentado, com critérios metodológicos objetivos, visando uma arrecadação razoável dentre dos parâmetros encontrados nas tabelas públicas de prefeituras sobre tais serviços publicitário” (fls. 5/6 da Peça 70). Entende-se razoável a escolha da Jurisdicionada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
3ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

À superior consideração.

Assinatura Eletrônica

Paulo Sérgio Carlos de Brito
Auditor de Controle Externo

De acordo.

À Segem.

Assinatura Eletrônica

David da Silva de Araújo
Diretor